deste estudo de Baía Horta data do início de 1975. De lá para cá, o pesquisador alterou significativamente sua posição frente ao problema do planejamento educacional, preocupando-se cada vez mais com o processo de definição da política educacional do Estado, para cuja implantação tal planejamento se apresenta como instrumento privilegiado. Ou, segundo suas próprias palavras, "consideramos (...) o planejamento educacional como um forma, entre outras, de intervenção do Estado em Educação, com vistas à implantação de uma determinada política educacional, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado. Isto nos leva a uma discussão sobre o Estado intervencionista e o planejamento como forma de intervenção. Obriga-nos, além disso, a uma análise mais aprofundada das funções do sistema educacional, enquanto instrumento do Estado" (p. 9-10). Tais inquietações aparecem no seu excelente ensaio intitulado Planejamento educacional, publicado em livro coordenado por Durmeval Trigueiro Mendes (*Filosofia da educação brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. p. 195-239).

Após tais observações, há que se tecer algumas considerações finais a respeito de *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil.* Apesar de ser um trabalho de pesquisa exaustivo e pioneiro sobre o tema, sua leitura se torna extremamente difícil devido às minúcias nas quais o autor acaba por se concentrar, em especial quando examina pareceres do CFE ou quando se dedica aos aspectos legais de determinadas questões. Em tais momentos — que infelizmente não são poucos — tem-se a sensação de que apenas alguns privilegiados conseguirão acompanhar o raciocínio de Baía Horta em toda a sua extensão. Entretanto, em que pese a tais restrições, sua leitura é indispensável para os interessados em história da educação no Brasil, em planejamento (educacional ou não), ou ainda, na história política brasileira dos últimos 20 ou 30 anos.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da Unesp (Campus de Araraquara).

Bastos, Élide Rugai. *Uma nova contribuição ao estudo das Ligas Camponesas.* Petrópolis, Vozes, 1984. 142 p.

Recuperar e reinterpretar a história de movimentos sociais agrários no Brasil é contribuir tanto para avivar a memória sobre as lutas sociais travadas pelo povo brasileiro contra a exploração, a miséria e a opressão, como para a revisão crítica dos rumos e estratégias que adotaram. É com esse sentido que este novo texto sobre as Ligas Camponesas procura dar a sua contribuição para o entendimento do caráter das lutas sociais que ocorreram no Nordeste e no Brasil no período de 1954-64.

Ao longo de seus cinco capítulos, o livro de Élide Rugai Bastos faz a reconstituição de aspectos fundamentais do modo de vida camponês no engenho Galiléia (Pernambuco), através da representação que o trabalhador "foreiro" tem de seu trabalho e de sua luta pela terra; analisa o processo de expansão regional das Ligas e o caráter defensivo de sua luta; interpreta as alterações surgidas no processo de sua expansão nacional (período 1961-63) e a configuração da luta pela reforma agrária radical; elucida algumas das razões da crise interna do movimento que resulta na apresentação de um novo projeto político; finalmente, elabora algumas reflexões sobre as relações entre o movimento social e o Estado.

Sempre procurando recuperar as raízes do movimento social, o texto enfatiza as relações entre as condições de existência social e as modalidades de consciência que se expressam. Através da percepção de que o resultado de seu trabalho pode não ser suficiente para o pagamento da renda da terra, o camponês "foreiro" vislumbra a ameaça de sua expulsão do engenho, compreende a sua "condição de privação". Como diz o camponês: "E por aí tudo era fraco e vivia esse viver pobre. (...) Então tinha que fazer qualquer coisa, que não tinha saída: ou morrer ou viver de retirante."

De uma atuação defensiva, o sentido de garantir a posse da terra, o camponês passa a questionar o seu uso provisório. Pela percepção de uma "consciência da privação e da desigualdade" que tem o camponês a respeito de suas condições de vida e de trabalho é que Élide Rugai Bastos demonstra como se constitui a identidade do movimento social. Esta identidade se configura, segundo a autora, na luta do camponês pela posse da terra.

Entretanto, ao analisar o processo de expansão regional do movimento (1955-61), no qual o oponente da luta camponesa deveria configurar-se de maneira cada vez mais clara, o texto aponta (polemicamente) para uma perda do sentido nuclear e básico de sua reivindicação, tanto gestada pela ampliação de base social do movimento (incorporação do parceiro, do arrendatário, do pequeno proprietário, do "morador" etc.) como pela identificação, pelas lideranças urbanas e político-partidárias da mobilização, do contexto social que se antepunha à luta: a persistência de "formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal" configuradas no latifúndio. A autora identifica aí uma má definição do adversário: "(...) não se trata do latifúndio, mas da propriedade capitalista. O direcionamento dado ao movimento afasta a luta do núcleo que daria unidade ao projeto camponês, a discussão clara de suas reais condições de existência social, condições essas que estão balizadas pelo processo de expansão do capitalismo no campo."

O texto ressalta a importância de se perceberem as causas reais da transformação das condições de vida dos camponeses. Analisando as diferentes relações de produção por eles vividas, aponta para a existência de um significativo "avanço do processo de subordinação desses trabalhadores ao capital" (configurado na reconcentração da propriedade de terras pelas centrais de usinas, na procura de aumento da produtividade do setor e na diminuição dos trabalhadores incorporados à produção) que conduz a um único destino: a proletarização. À medida que as reivindicações do movimento originariamente reafirmariam a manutenção da autonomia do camponês através da persistência de seu controle sobre o seu processo de trabalho, a autora esclarece que "o que ameça essa autonomia não é o 'velho', o latifúndio, mas o

'novo', o avanço do capital. (. . .) é a crescente subordinação do trabalho e da terra ao capital que interfere na possibilidade de controle pelo camponês, de seu processo de trabalho".

Ao analisar o processo de expansão nacional do movimento (1961-63) que se encarna na criação do Conselho Nacional das Ligas, o texto mostra dois aspectos importantes para a definição de seus rumos: a sua paulatina transformação à medida que nele penetram a atuação de partidos políticos, correntes religiosas e órgãos do poder estatal, e a atribuição de uma generalidade crescente à reivindicação básica, transferindo a bandeira de luta para a defesa da reforma agrária. Através das disputas políticas pelo controle do movimento, dos seus avanços e recuos, emerge o novo projeto das Ligas, "projeto em que o Estado desempenha importante papel, desapropriando e distribuindo terras, garantindo a livre associação, o crédito, a aplicação da lei, a liberdade, punindo aqueles que infringem o bem comum, outorgando benefícios, presidindo a cooperação entre os trabalhadores, defendendo direitos, planejando a produção e o acesso aos bens sociais".

Mas este projeto sofre de um mal radical, pelo descolamento de sua vanguarda política ele é formulado num contexto em que já ocorre uma defasagem entre o movimento social e as condições sociais de trabalho e de vida do arrendatário, parceiro, posseiro, morador e assalariado. "As metamorfoses do movimento social, ao longo do percurso local, regional e nacional, deixaram em segundo plano, atrás, ao lado, na beira da estrada, longe, os trabalhadores rurais, os galileus que colocaram em causa a nova fase de expansão do capital no campo."

Por estas razões, o livro de Élide Rugai Bastos constitui uma contribuição decisiva para um enriquecedor debate sobre o papel das Ligas Camponesas no conjunto das lutas dos trabalhadores brasileiros.

Rubem Murilo Leão Rêgo

Sociólogo, mestre em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, professor no DCS-Unicamp e autor de Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Ideário

- Servir à Pátria, cada vez mais e melhor, e assim contribuir para tornar o Brasil fator influente na construção de um mundo seguro e tranqüilo para toda a Humanidade.
- Manter completa independência em relação aos partidos políticos, aos grupos econômicos e a quaisquer outros interesses setoriais.
- Não permitir que preconceitos de qualquer índole prejudiquem a harmonia e o esforço conjunto de seus participantes.
- Manter-se alerta para o progresso da Ciência e da Tecnologia, a fim de ajustar seus métodos e sua mentalidade às novas conquistas e às condições cambiantes do mundo, preservando, destarte, sua característica principal de instituição pioneira.
- Quando solicitada, dentro de suas possibilidades, prestar assistência e serviços técnicos aos Governos Federal, Estaduais e Municipais e a entidades privadas.
- Liberalizar, como resultado de seus estudos e pesquisas, dados básicos e informações corretas, mas evitar a sugestão de diretrizes que se possam considerar intervenção indébita pelas autoridades públicas ou por outros setores da opinião.
- Manter estreitas relações com outras instituições culturais, nacionais ou estrangeiras, erigindo-se em grande fórum de debates, com ênfase na elaboração de conhecimentos e formulações de princípios aplicáveis ao meio brasileiro.
- Considerar a competição como incentivo necessário ao seu aperfeiçoamento e atrair ampla colaboração técnico-científica, nacional e estrangeira, na convicção de que não deve haver fronteiras para o livre intercâmbio cultural.
- Alhear-se, por princípio, de todas as questões não compreendidas em suas finalidades estatutárias.
- Evitar, intransigentemente, qualquer participação, mesmo remota, em iniciativas hostis a instituições ou pessoas.